



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**A NEUTRALIDADE ARGENTINA NA SEGUNDA GUERRA E
SUAS DIMENSÕES IDEOLÓGICAS**

JOÃO MARCOS PEREIRA GRAMS

BRASÍLIA

Abril de 2021

João Marcos Pereira Grams

**A NEUTRALIDADE ARGENTINA NA SEGUNDA GUERRA E SUAS
DIMENSÕES IDEOLÓGICAS**

Monografia apresentada ao curso de história
do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito
para a obtenção do grau de licenciado em
História sob a orientação do Prof. Dr.
Carlos Eduardo Vidigal

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal – Orientador

Brasília,

Abril de 2021

Dedico essa pesquisa a América Latina e seu povo, dono da própria história.

Agradecimentos

Agradeço a minha família, cujo apoio e trabalho duro durante esses 22 anos permitiram a minha chegada até esse momento da minha vida. Pouco dessa trajetória seria possível sem o empenho deles para que eu concluísse os estudos em uma das melhores universidades do país.

Agradeço a Milena Gabriel, cujo companheirismo e a disposição de me ouvir divagar sobre a Argentina durante meses a fio foram essenciais para esse trabalho. Agradeço aos amigos que sempre me incentivaram na trajetória do ensino superior e aos vários que participaram integralmente do processo de reflexão sobre essa pesquisa desde seu início no PIBIC. Agradeço ainda aos companheiros da Juventude Socialista e do PDT que em diferentes formas incentivaram o interesse nos temas desse trabalho e na percepção do valor dessa jornada na luta por um mundo melhor.

Agradeço a todos os professores que me inspiraram ao longo da graduação e que deram sentido real a essa trajetória. Sem os vários exemplos da potencialidade da academia e da história com certeza não teria a paixão pela pesquisa que hoje tenho muito clara dentro de mim.

Agradeço profundamente ao professor Carlos Vidigal, cujas aulas foram essenciais para a minha formação e interesse pela história americana. Sem sua orientação desde o PIBIC essa pesquisa não teria chegado onde chegou de forma tão satisfatória.

Essa jornada não foi nem rápida, nem simples. E tenho profunda admiração e carinho por todos que passaram por minha vida de forma positiva nesses longos anos.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de construção da posição argentina em relação à Segunda Guerra Mundial em cada um dos momentos vividos pelo país ao longo do final da década de 30 e meados da década de 40. Buscou-se analisar a representação simbólica da neutralidade assumida pelo país em suas manifestações na cultura política dos agentes e grupos de poder tanto antes quanto após o golpe de Estado de 1943. Por fim, também foram analisados os resultados materiais dessa política e o seu impacto na construção ideológica e cultural do regime de poder argentino pós 1945.

Palavras-chave: II Guerra Mundial na América Latina; Argentina; Neutralidade argentina; Cultura Política; Política Externa

Abstract

The goal of this paper is to analyze the Argentine position in relation to the Second World War in each of the political and social moments experienced by the country during the decades of 30 and the mid 40s. Another objective was to analyze the symbolic representations of Argentine neutrality regarding the war and the impacts of this symbolic field in the political culture of agents and groups of political pressure before and after the 1943 armed coup. At last, the material results of this policy and its impact on the development of the postwar ideological and cultural power structures were also studied.

Keywords: World War II in Latin America; Argentina; Argentine neutrality, political culture, foreign affairs

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: A Argentina civil e sua neutralidade	12
Capítulo 2: O GOU e a neutralidade após 1943	23
Capítulo 3: A neutralidade, de política de Estado a elemento ideológico	34
Considerações finais	46
Bibliografia	49
Fontes Primárias	52

Introdução

A Segunda Guerra Mundial representou um ponto de inflexão em diversos processos sociais e políticos que se alteraram durante o século XX. O conflito serviu como ponto de origem para outras formas de se pensar as sociedades, os Estados, a cultura e as relações de poder e a América Latina não passou incólume pelo conflito e os processos que se iniciaram antes e depois de sua conclusão, como a falência do modelo liberal e a decadência da Europa Ocidental em relação à influência internacional. Embora tenham tido uma participação minoritária no conflito militar direto, as repercussões da guerra foram profundamente sentidas pelas nações latinas, que tiveram seus rumos alterados de forma significativa, especialmente nas relações com os EUA e a situação dos regimes políticos de cada nação. Essas alterações sociais e políticas foram amplamente estudadas no caso brasileiro, mas, ainda, pouco se encontra na nossa historiografia sobre as consequências da guerra para as demais nações latino-americanas. A Argentina se destaca frente a essa problemática por ter sofrido uma profunda alteração em suas relações internas e externas durante o conflito. O país entrou na década de 30 como uma democracia liberal altamente desacreditada e próxima às potências europeias, em especial o Reino Unido e saiu em 1945 com a ascensão meteórica do peronismo através do golpe de 1943 pelo GOU (Grupo Obrero de Unificación ou Grupo de Oficiales Unidos), promovendo uma ideia justicialista de nação que segue sendo fundamental nos processos políticos do país quase 80 anos depois.

Essa pesquisa busca, então, analisar a política de neutralidade implantada pela Argentina durante o período entre 1939 e 1945 em seus aspectos políticos e a construção dessas decisões em relação às ideologias dos grupos envolvidos nos processos de tomada de decisões e a relação entre as esferas da política externa e da política interna. Para isso, será preciso compreender em que setores sociais e interesses essa política se organizou em cada uma das etapas do conflito e da organização interna do país, assim como buscar entender a construção narrativa do discurso usado pelas comunidades detentoras do poder para implantar e sustentar o eixo de política externa neutralista frente a sociedade e as pressões externas. Com isso, espera-se esclarecer como essa política foi formada, mantida e alterada; como foi sentida pela sociedade e quais as repercussões desses processos na dinâmica de poder após o conflito.

De forma a realizar esse objetivo optou-se pelo referencial da Nova História Política¹, tendo em vista as possibilidades colocadas por Rémond (2003), abertas ao se considerar o político enquanto um eixo de interpretação multidisciplinar da sociedade que, em um processo de alteração de suas fronteiras e interação com outras esferas, nos permite investigar as relações da sociedade com o poder e seus processos de construção, manutenção e tomada de decisões em um modelo político institucional cada vez mais complexo e globalizado. Dessa forma, podemos empreender uma consideração dos fenômenos que não estão somente inseridos na lógica burocrática do Estado, mas também na ação, pensamento e valores dos demais atores políticos da sociedade de forma a fazer uma grande reflexão sobre a construção da identidade nacional e do Estado, como exemplificado no caso da historiografia brasileira por Gomes (1996)

No arcabouço teórico, é importante destacar alguns conceitos fundamentais para a conclusão dessa pesquisa. Em primeiro lugar a noção das ideias políticas enquanto objetos históricos, por, como colocado por Winock (2003), permitir traçar a ponte entre os atos realizados pelos tomadores de decisão e a cadeia de pensamento que levou a determinado curso de ação para compreender o aparelho ideológico do Estado, entendendo as ideias dominantes em um determinado momento e as relações com o grupo no poder, realizando uma síntese dos discursos, ações, signos e símbolos políticos para localizar a origem e a materialização das ideias na prática do político. É também proveitosa a visão introduzida por Pocock (2013) da possibilidade de se reinterpretar uma ideia enquanto objeto histórico ao reconstruir o discurso político produzido pelos atores políticos em um determinado período. A historiografia se transforma assim em um elemento fundamental para estabelecer as características de um pensamento político através dos discursos e ideologias presentes em seu contexto histórico. O pensamento político é, portanto, significado a partir de sua expressão prática no discurso político, ou seja, a partir da ação e da manifestação do pensamento em uma esfera material e as condições contextuais e textuais dessa manifestação.

O segundo elemento fundamental para a organização teórica deste texto é a relação e as interações entre a política interna e a política externa. A partir do

¹ Aqui se considera enquanto nova história política a corrente historiográfica desenvolvida a partir da década de 1970 e que tem como seus principais nomes René Rémond, Pierre Bourdieu e, no Brasil, Maria Helena Capelato, Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes como reunido na síntese realizada por Medeiros (2017)

desenvolvimento e sofisticação dos aparatos estatais e da expansão do papel do Estado na sociedade, a política externa deixa de se colocar em uma esfera autônoma do poder para então ser inserida em um sistema de profunda interação com a política interna de uma comunidade, de tal forma que o interno passa a influir e ser influenciado profundamente pelo externo. Nesse sentido, a aplicação mais notável dessa interação é a necessidade, de forma a garantir a narrativa da soberania, de se estabelecer uma identidade nacional baseada na história para se legitimar frente ao concerto de nações, identidade essa que pode ser interpretada de diferentes maneiras por diferentes sujeitos assim como os modelos adotados para se conquistar os seus objetivos podem divergir significativamente. Especialmente relevante para as nações latino-americanas está também a forma em que as estratégias utilizadas para a superação do subdesenvolvimento são traduzidas dinamicamente nessa troca entre a política externa e a interna, de forma que a ideologia, definida na disputa entre os grupos e mecanismos de poder na sociedade, dita os objetivos abstratos da política externa, mas deixa em aberto as formas materiais de sua execução. (MILZA, 2003)

O terceiro conceito usado na elaboração da análise, e o mais fundamental para compreender as relações estabelecidas entre o poder, a sociedade e a política de neutralidade, é a noção de cultura política. Esse conceito, como colocado por Batista (2016), foi formulado inicialmente na ciência política e posteriormente aglutinado pela historiografia de forma a permitir uma abordagem cultural do poder ao buscar incorporar as questões subjetivas como valores, crenças, sentimentos e outros ao processo de análise histórica. Mas não se trata somente de entender o arcabouço individual, mas também como esses elementos individuais se constroem de forma coletiva e como são expostos na ação política e entender que:

As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade. (MOTTA, 2009, p. 23)

O fator essencial então para o uso da cultura política é, portanto, entender que podemos compreender os elementos abstratos que motivaram um determinado processo

de tomada de decisões através das crenças, valores e outros elementos culturais subjetivos dos indivíduos inseridos nos coletivos políticos.

As fontes escolhidas foram separadas em três linhas: documentos oficiais produzidos pelo Estado argentino e pela diplomacia brasileira, documentos produzidos internamente pelo GOU e seus mandatários, e artigos de periódicos produzidos na Argentina. Os documentos oficiais foram selecionados de forma a buscar compreender como se dava na prática da política a aplicação da neutralidade e seus elementos. Já os documentos internos do GOU foram usados para entender os valores e o processo de formulação da ideologia do grupo. Por fim, os artigos de periódicos serão utilizados para contextualizar a opinião da imprensa nacionalista sobre a neutralidade e como era interpretada na sociedade essa política de Estado.

Metodologicamente, esse trabalho se encontra dividido em três capítulos. Nos dois primeiros capítulos, se contextualizam os dois governos do período presente no recorte temporal e busca-se analisar o processo que levou a sua concepção, de que bases sociais dependiam e como se articulou de fato a sua forma de aplicação da neutralidade em relação à Segunda Guerra Mundial. Já no terceiro capítulo o objetivo é analisar a neutralidade em suas rupturas, continuidades, signos e ressignificações, assim como o seu legado para a política argentina e seu efeito sob a cultura política dos grupos que ocuparam o poder entre 1939 e 1945.

Capítulo 1: A Argentina civil e sua neutralidade

Em um primeiro momento, precisamos entender alguns aspectos da Argentina dos anos 30. Em 1930 o governo radical de Hipólito Yrigoyen é derrubado por um golpe de estado liderado pelas forças conservadoras que implantam, através de José Uriburu, uma ditadura que duraria até 1932. A perseguição política aos radicais da UCR e a construção de um modelo de abertura política marcada pela coerção das forças oposicionistas e pela fraude sistêmica dos processos eleitorais faz a UCR optar pelo abstencionismo eleitoral e o seu fortalecimento enquanto uma força de agitação civil. A ausência na urna do maior partido de oposição permite aos conservadores a eleição do seu sucessor, Agustín Justo, que passa a governar uma nação com um sistema político extremamente enfraquecido e com uma agitação interna decisiva para o surgimento de novos atores políticos no cenário. (ROMERO, 2016)

O principal sintoma dessa descredibilização do sistema liberal-conservador, seguindo uma tendência global em meios as crises da década de 30, se dá através da consolidação do pensamento nacionalista na Argentina. A partir da morte de Yrigoyen em 1933 surgem no país diversos grupos, de diversas tendências ideológicas, que defendiam o revisionismo da história argentina e o fortalecimento de uma ideologia anti-imperialista na sociedade. A partir da esquerda, temos a criação de organizações como a FORJA (Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina), grupo ligado a UCR e um dos maiores polos de defesa do legado de Yrigoyen, e grandes parcelas do Partido Socialista, que se opuseram à aliança definida por setores dessa agremiação com os conservadores para a disputa eleitoral. Para esses grupos, os governos conservadores constituídos após o golpe de 1930 seriam somente uma fachada para a ação das empresas internacionais e seus interesses. Já na direita do espectro ideológico, temos o fortalecimento de grupos ligados a uma concepção hispano-cristã de nação, que defendiam a retomada dos valores tradicionais que teriam sido os fundadores da pátria e patrocinadores dos períodos de grande crescimento econômico da Argentina, dentro dessa divisão se localizavam também os grupos que defendiam a criação de uma nova matriz social, que fundisse o tradicionalismo cristão com novos elementos inspirados no fascismo europeu então em ascensão. (GUEVARA, 2018)

Economicamente, os governos conservadores promovem a alteração das políticas de industrialização introduzidas pelo radicalismo a liberalização econômica da nação sob um modelo de exportações primárias, em especial no setor agropecuário. Essa política é muito bem sinalizada no estreitamento dos laços com o Reino Unido, até então o maior parceiro comercial do país. Dessa aproximação surge, em 1933, o tratado Roca-Runciman, que dava privilégios à exportação de carne argentina no mercado inglês, barateando em troca as importações de produtos industrializados britânicos para o mercado argentino, isso foi geralmente bem recebido pela sociedade argentina, mas serviu como força de agitação para os grupos de oposição ao regime conservador e fortalecimento da propaganda anti-imperialista no país. De forma geral, o período entre 1930-1937 viu a internacionalização da Argentina com as políticas econômicas agindo no sentido de consolidar no país os interesses das empresas estrangeiras e o fortalecimento do mercado de exportação primário.

Em relação à guerra, a participação militar dos países do Prata não se estende muito além de ser palco de uma das primeiras batalhas navais do conflito². Mas o que de fato nos interessa aqui é a participação política da Argentina no cenário internacional da guerra e as repercussões desse processo na política interna e nas concepções de seus grupos dirigentes.

O primeiro governo que teve de enfrentar as dificuldades resultantes da Segunda Guerra Mundial e se posicionar diante do conflito foi o governo conservador eleito em 1938, formado pelo Presidente Roberto Ortiz e seu Vice Ramón Castillo. Para compreender a implantação da neutralidade durante esse governo civil e as transformações sofridas por ela nesse período precisamos analisar como esse governo foi constituído, suas bases e principalmente como a opinião pública argentina foi se alterando ao longo dele.

² A batalha do Rio da Prata foi o primeiro combate naval da Segunda Guerra, envolvendo um cruzador alemão e 3 navios britânicos. O enfrentamento teve como desfecho o asilo e posterior afundamento do cruzador alemão em Montevideú, porto neutro, e o suicídio de seu capitão. Para uma análise militar aprofundada ver DICK (2014).

A fórmula Ortiz-Castillo, ambos membros da *Concordancia*³, foi criada buscando permitir a vitória conservadora sobre uma UCR que passava a abandonar a sua política de abstencionismo eleitoral. Se tratou de uma escolha política dirigida a guiar uma abertura gradual do sistema político do país. Embora ambos os nomes da chapa fossem representantes claros do conservadorismo liberal anti-radical na política, Ortiz assume o poder disposto a implantar um projeto de pequenas reformas dedicadas a recuperar o crédito do sistema político argentino, principalmente através da estabilização do regime e da busca por aliados internacionais. Essa disposição do presidente é especialmente relevante em um contexto de amplo conhecimento, crença e percepção pela sociedade da fragilidade institucional do país e das fraudes implementadas pelos setores conservadores para manter o poder e inibir a ação da oposição política aos governos pós-1930.

Em relação aos aspectos sociais, o governo Ortiz testemunha um rápido crescimento das posições nacionalistas na sociedade argentina, que embarca em um processo rápido de politização e polarização pelos assuntos internos e mundiais, incentivada por acontecimentos como a guerra civil espanhola. Também observamos o processo de fortalecimento da propaganda nazista no país, patrocinada diretamente pela embaixada alemã em Buenos Aires. Conforme nos apontam Garcia (2019) e Tato e Romero (2007), a influência nazista na grande mídia argentina, fator especialmente importante dado o impacto dos periódicos em uma sociedade altamente alfabetizada, passa de uma minimização do impacto dos governos do III Reich alemão e da Itália fascista, para, com a injeção financeira elaborada por Berlim, passar a contar com veículos abertamente simpáticos aos regimes nazifascistas e suas ações internas e externas, principalmente mobilizando uma cruzada anti-comunista. Esses dois contextos contribuem para que, em 1938, já tenhamos no país uma importante base social anti-imperialista espalhada por diversos setores, ideologias e instituições, como as forças armadas, o que coloca o governo em um balanço ainda mais tênue em busca de estabilidade.

³ Foi uma aliança política criada a partir de 1931 pelo Partido Demócrata Nacional (Partido Conservador) e setores dissidentes da UCR e do Partido Socialista, organizada de forma a possibilitar uma continuidade conservadora a partir do fim da ditadura de Uriburu e principal responsável pelo regime de fraudes e manutenção da política econômica anti-yrigoyenismo entre 1931 a 1943

Economicamente a aposta inicial do governo foi pela manutenção da política liberalizante, com tímidas reformas na área industrial, e de inserção da Argentina no mercado global através da parceria prioritária com o Reino Unido e a tentativa de uma aproximação e compatibilização da balança comercial com os EUA. Apesar de seu passado radical e da presença de facções do Partido Socialista na fazenda, a necessidade de Ortiz de estabilização do regime através do apoio da classe econômica conservadora é mais forte do que os anseios industrializantes. (CORRIGLIANO,2009)

Com o Início da II Guerra em 1 de setembro de 1939, o governo Ortiz declara logo em seguida, no dia 4, a neutralidade do país, com uma boa recepção pela imprensa, com muitos meios relembrando a neutralidade argentina em relação a I Guerra mundial, como podemos perceber na cobertura feita pelo periódico *El Litoral*⁴. Nesse momento inicial a posição argentina se encontra ainda em acordo com as demais nações americanas, inclusive os EUA. Nesse momento a neutralidade argentina começa a se desenvolver enquanto uma política formal, mas que, na prática, se opera com uma aproximação do governo com os aliados. A partir desse momento o governo argentino atuaria no sentido de reduzir contatos diplomáticos com as nações beligerantes que pudessem comprometer a posição argentina, adotar uma linha de dissuasão sistemática das propostas de mecanismos de segurança continentais e a adotar uma política externa comercial por excelência (CORRIGLIANO, 2009)

Ao traçar os interesses inscritos nesse primeiro momento da neutralidade, o plano econômico se destaca. A neutralidade inicialmente se coloca como uma forma de garantir a segurança do comércio argentino com a Europa, em especial o Reino Unido, onde a Argentina seria responsável por 40% do fornecimento de carne durante o conflito. Nesse sentido, era uma política amplamente apoiada pelos setores de produção primária da economia da nação e que encontrava grande sustentação nas bases conservadoras do regime. Além dessas bases, a neutralidade também servia aos interesses de Ortiz de utilizar da política externa enquanto uma forma de reduzir o isolamento mundial argentino e aproximar aliados comerciais para auxiliar em seu objetivo de legitimar o sistema político pós 1930. Apesar dessa base liberal econômica, a neutralidade passa a contar com o apoio também de outros setores da sociedade além

⁴ El litoral, Santa Fé, 4/08/1939.

dos políticos tradicionais, como os núcleos nacionalistas (de pensamento pró-eixo ou não) das forças armadas e os nacionalistas populares (exemplo da FORJA) e desenvolvimentistas. Inclusive esses grupos, que internalizam a neutralidade enquanto parte das suas narrativas ideológicas, é que se transformam em focos de defesa da neutralidade enquanto política manifesta e enquanto elemento de discurso, o que acabaria por se mostrar contraproducente para a busca pela estabilidade do governo Ortiz. (RAPOPORT, 1996)

Nesse momento, cabe destacar que, com o início do conflito, começa a se operar uma mudança fundamental na mídia de grande porte argentina, que passa a sofrer uma hegemonização das opiniões sobre o conflito na direção de uma opinião geral pró-aliados. Essa reorientação progressiva atinge até os veículos ligados aos setores da produção primária e as empresas de origem italiana ou alemã, até então ligados à defesa do eixo de forma espontânea ou por conta do financiamento estrangeiro, e aos fascismos em geral. Um papel importante que essa reorientação teve ao longo do conflito foi começar a deslocar a opinião pública para longe da neutralidade e, por consequência, promover uma agitação e uma reorganização dos grupos e periódicos nacionalistas. Já nesse estágio inicial, as publicações nacionalistas, como podemos observar nas publicações da FORJA⁵, começam a tecer a narrativa em defesa da neutralidade e na classificação da Guerra enquanto uma disputa imperialista entre as potências europeias, onde a neutralidade seria a forma de agir pela construção do ethos nacional.

Ao considerar a neutralidade durante o governo civil é importante considerar também que sua sustentação nunca foi feita de forma absoluta, exatamente de forma a instrumentalizar essa política para aproximar os aliados e os EUA do governo argentino. A batalha do Rio da Prata tem como consequência o enfraquecimento da neutralidade passiva dentro do país, que chega a assinar uma denúncia conjunta com o Uruguai por entender que a posição não garantia a segurança nacional. Como consequência disso, ainda em 1940, Buenos Aires iniciou discussões com Washington para romper com a neutralidade em favor de uma posição mais favorável aos aliados. Para justificar sua negativa, os EUA invocaram problemas com sua opinião interna⁶, cujo efeito foi

⁵ Cuadernos de F.O.R.J.A, Buenos Aires, 08/1939.

⁶ O presidente Roosevelt se encontrava então às vésperas da campanha para a sua terceira reeleição, um fato já incomum no sistema político dos EUA, e não poderia se indispor com os amplos setores políticos e sociais isolacionistas

desmoralizar setores do governo argentino próximos aos aliados e ao país. A falta de sinergia entre os dois países se aprofundou com uma consulta posterior, dessa vez pelo governo estadunidense, para que fosse feita a mesma coisa, o que foi então negado pelo governo argentino por já não possuir a mesma condição interna para isso, dado o acirramento das pressões nacionalistas pela manutenção da neutralidade e o enfraquecimento dos setores pró-aliados no governo. (ESCUDE, 1996)

Com a progressão do conflito, o clima favorável externamente para a manutenção da neutralidade começa a ser alterado, e a opinião pública interna começa também a se polarizar em torno dessa questão. Com a queda da França, os EUA passaram a defender uma política de incentivo ao abandono das neutralidades dos países latino-americanos. A partir dessa mudança começa a ocorrer uma tensão entre a Argentina e os EUA em relação a suas políticas sobre o conflito e sobre a configuração do sistema interamericano. Na conferência interamericana de 1939, no Panamá, se ratifica entre os presentes a hegemonia da neutralidade, mas a delegação argentina age no sentido de afastar compromissos coletivos que pudessem atrair as nações para o conflito, como o patrulhamento conjunto do litoral americano. Em junho do mesmo ano, já após a tensão das negociações de não beligerância, a Argentina adota uma política de enfraquecimento dos compromissos de defesa intercontinental na Reunião de chanceleres americanos em Havana, em clara oposição aos EUA e a sua intenção de criar uma posição americana única em relação à guerra, mas acaba assinando a posição final da reunião⁷. Com a queda da França em junho de 1940, os EUA passam a assumir um papel ativo em fortalecer a resistência britânica, mas sem entrar diretamente no conflito⁸. Em 1940 começam também os ataques por parte da marinha alemã às embarcações argentinas em direção aos portos aliados, o que é respondido com quase indiferença pela diplomacia nazista e serve como um grande combustível para os grupos pró-aliados no governo e na sociedade, que começa a questionar a neutralidade, o que é respondido pelo governo com o compromisso a sua manutenção absoluta⁹.

⁷ Acta Final De La Segunda Reunión De Consultas Entre Ministros De Relaciones Exteriores De Las Repúblicas Americanas, 1940, Biblioteca Digital de Tratados MREC, e Declaración de los delegados de la Argentina y Brasil - 2º Reunión de Consulta de los Ministros de Relaciones Exteriores, 1940, Biblioteca Digital de Tratados MREC,

⁸ Essa política, que se tornou famosa sob o Slogan “Arsenal da Democracia” promovia o envio em massa de equipamentos militares e produtos básicos para o Reino Unido para impossibilitar a sua invasão pelas tropas alemãs

⁹ El Orden, Buenos Aires, 19/05/1940

No mesmo junho de 1940 da queda da França, pressionado pela opinião pública em relação à condução da política interna e em relação à guerra, assim como sofrendo de uma rápida piora de sua diabetes, Ortiz renuncia ao posto de presidente da nação argentina em favor de seu vice, Ramón Castillo. Embora pertencessem ao mesmo campo político, ambos possuíam uma abordagem bastante diferente do poder e do futuro da Argentina governada pela *Concordancia*. Castillo realiza rapidamente um realinhamento das forças dentro do governo, se afastando dos setores tradicionais da política conservadora em favor da aproximação com o alto oficialato militar, de maioria nacionalista e neutralista. A partir desse rearranjo, as preocupações militares passam a ser prioritárias na agenda do governo argentino e a agenda de reforma moderada de Ortiz dá lugar a uma política de controle dos movimentos sociais e da oposição. Na política externa, assume definitivamente o chanceler Enrique Guinazu, simpatizante do regime franquista na Espanha e próximo aos setores nacionalistas da direita, que viria a se popularizar como o chanceler da neutralidade. (ESCUDE, 1996)

A partir dos mecanismos de defesa continental assumidos em Havana, os EUA embarcaram em um processo interno que terminaria com a aprovação da lei de *Lend Lease*¹⁰ pelo congresso do país. O fator importante para nós nessa análise é que a lei foi expandida para permitir também o investimento nos países latino-americanos, dispositivo usado pelos EUA para direcionar investimentos aos países que seguissem a política estadunidense em relação ao conflito, como no caso brasileiro (país que recebeu quase 70% dos investimentos via *Lend Lease*), e exercer pressão sobre os países que formassem políticas divergentes, como a Argentina. Essas dificuldades de negociação com os EUA deslocaram o alto comando militar argentino a pressionar por uma maior aproximação com a Alemanha, na esperança de adquirir os materiais militares necessários à manutenção da equivalência militar na região, tratativas essas que também encontraram dificuldades por conta da pressão já evidente sobre a indústria bélica alemã, aumentando o desconforto dos setores militares do governo e da sociedade argentina. Esse desconforto abre espaços para o início das articulações que levaram a formação do GOU e seu discurso sobre a necessidade do destaque político e militar argentino. (CORRIGLIANO, 2009)

¹⁰ Termo utilizado para definir o comércio realizado com pagamento a prazo, após o fim do conflito, pelos países beligerantes durante a II guerra, em especial dos EUA em direção aos aliados.

Nesse cenário, se fortalecem as pressões externas para a quebra da neutralidade no governo Castillo. Os EUA passaram a endurecer o discurso ao propagar a versão da Argentina enquanto um polo da nazificação da América Latina, como colocado por Escudé (1996). O acirramento das disputas internas e a agitação política entre os setores tradicionais e a oposição (como a criação a partir do legislativo do comitê de investigação de atividades anti-argentinas para analisar as atividades de propaganda e espionagem do eixo no país) leva a decisão de Castillo de tomar medidas para centralizar a definição da política externa no executivo em busca da manutenção da neutralidade¹¹. O apoio à neutralidade passa então a alienar progressivamente a classe política tradicional e, com os benefícios comerciais claros se extinguindo, a se caracterizar como uma obsessão da liderança conservadora, que cada vez mais necessita fortalecer os setores nacionalistas para justificar sua manutenção.

Em dezembro de 1941 é realizado pelo império japonês o ataque à base estadunidense de Pearl Harbour, trazendo os EUA diretamente para dentro do conflito mundial. A Argentina reage em solidariedade aos EUA, mas mantendo a neutralidade no conflito. A intensificação da pressão pela beligerância como resposta ao ataque pela opinião pública e pelos setores políticos motivam Castillo a declarar o estado de sítio e a intensificar o fechamento do regime e a sustentação nos setores nacionalistas. O estado de sítio não se prova o suficiente para impedir a polarização da sociedade e o fortalecimento dos setores pró-aliados na mídia e na política.

Apesar das pressões, as orientações do governo Castillo à Guiñazu e seu corpo diplomático continuaram a ser a de rejeição aos compromissos que prejudicassem a neutralidade e a defesa da posição comercial argentina. Essa linha de ação se tornaria especialmente importante com a convocação de uma reunião dos chanceleres americanos para o início de 1942 com o intuito de discutir exatamente a reação conjunta das nações americanas ao ataque japonês.

Na Reunião de chanceleres de 1942 no Rio de Janeiro, a tensão entre a Argentina e os EUA chegou a um novo patamar após o governo portenho agir no sentido de alterar a resolução que a reunião aprovou. A proposta original bancada pelos

¹¹ Podemos perceber esse esforço a partir das legislações passadas com o objetivo de controlar o cenário político e as atividades anti-neutralidade, principalmente pela a ação de estrangeiros, como podemos ver em El Orden, Buenos Aires, 06/06/1940

estadunidenses era uma posição única das nações americanas em romper relações com o eixo em resposta ao ataque de Pearl Harbour. A delegação argentina, usando como pretexto a impossibilidade de se tomar tal decisão sem a participação do parlamento agiu no sentido de alterar o texto final para que a “decisão” se tornasse somente uma “recomendação” para que as relações fossem cortadas, o contraponto argentino encontrou algum respaldo entre as delegações, em especial o Chile. O desejo dos EUA de manter uma decisão unânime a partir da reunião fez com que a delegação estadunidense optasse por aceitar a demanda argentina, enfraquecendo sua posição e impossibilitando uma ação continental homogênea e decisiva, como esperava o governo dos EUA. Até mesmo essa solução compromissada criou atrito com Castillo, que começava a se isolar até mesmo da sua aliança política em prol da manutenção da neutralidade. (BOSOER, 2005)

Cabe aqui reservar um momento para destacar que a política das potências em relação à Argentina e sua neutralidade não era uníssona. Ao passo de que os EUA se deslocavam progressivamente a considerar a Argentina como um foco de proliferação do fascismo na América Latina e uma ameaça a sua hegemonia, o Reino Unido viu, desde seu apoio inicial e ainda por um período considerável, com olhos positivos a neutralidade e com muito menos desconfiança de seus motivos dentro do governo Castillo. Apesar dessa simpatia teórica, explicada por Rapoport (1995), o governo britânico não se colocava disposto a sacrificar sua relação com os estadunidenses em favor da Argentina, de forma que, embora não agisse para pressionar politicamente o país, emitiu comunicados condenando a neutralidade que foram recebidos na sociedade argentina como combustível para a mobilização dos setores pró-aliados, como esse captado e transmitido pela embaixada brasileira em Londres:

The fact, however, is that his majesty government deplores the policy of Argentina in remaining in diplomatic relations with the enemies of humanity ... They are astonished that an official Argentine publication should apparently have attempted to suggest the contrary, since they have been at pains to leave the Argentine Government in no doubt of their views.¹²

¹² “O fato, na verdade, é que o governo de Sua majestade deplora a política argentina de manter relações diplomáticas com os inimigos da humanidade... Eles estão espantados que uma publicação oficial argentina tenha aparentemente tentado sugerir o contrário, uma vez que eles estiveram exaustivamente tentando deixar o governo argentino ciente indubitavelmente de sua visão”(tradução própria) - Maço 43.387, 1943, Arquivo de Antecedentes MRE

Ao tratarmos da relação com a outra potência regional, o Brasil, encontramos que apesar de compartilhar das preocupações com a escalada autoritária na Argentina¹³, o governo brasileiro, através de sua embaixada na Argentina, tentou agir ativamente no sentido de dissolver e atenuar os atritos entre a Argentina e EUA, principalmente após a conferência do Rio (ELÍBIO JÚNIOR, 2011)

O resultado imediato da Conferência do Rio foi o tensionamento com os EUA, que passaram a instituir sanções econômicas contra a Argentina e a adotar uma linha ainda mais dura nas relações e na propaganda com o governo platino. As sanções se somaram a mais um fator de tensão quando o Brasil tomou a decisão de entrar no conflito em agosto de 1942. A partir desse momento explodem as tensões entre os setores pró-aliados e pró-eixo da sociedade argentina, a proximidade da crise com as eleições que substituíram Castillo no poder adicionou ainda mais fogo ao cenário político do país. Tanto o governo quanto a oposição se esforçaram para fechar alianças e acordos para a corrida eleitoral, o que acabaria sendo o estopim da insatisfação política e social no país.

Com o isolamento crescente dentro da própria coalizão, o governo Castillo foi atingido por mais uma crise ao substituir o então ministro da guerra Gen. Pedro Ramirez, indicado especificamente pelos setores nacionalistas militares e influente no GOU, por participar de negociações com a oposição em torno da sucessão presidencial. A partir dessa faísca, e tendo em vista o acirramento da disputa na sociedade, as forças nacionalistas que conseguiram força na busca por estabilidade de Castillo, ao continuar enfrentando resistências internas dentro do governo e externas com as potências aliadas e enfrentando a possibilidade real de que Castillo cedesse às reivindicações externas e dos setores pró-aliados e rompesse a neutralidade, começam a pôr em marcha um golpe para tomar o poder, já que os próprios consideravam ser impossível garantir a condução adequada do país a partir das instituições democráticas que estariam viciadas em favor das “oligarquias”. (POTASH, 1984)

¹³ essa preocupação se revela em comentários oriundos do Itamaraty como: “O articulista observa que o estado de sítio não permite discussões públicas sobre assuntos estrangeiros, sendo contudo desculpados os transgressores dessa medida, desde que sejam partidários do governo, o qual, por sua vez, afirma vir ajudando muito mais as nações aliadas que as do eixo.” - Maço 43.387, 1943, Arquivo Antecedentes MRE

É a partir dessa movimentação que cai, em 4 de junho de 1943 o governo Castillo de forma que, segundo Bosoer (2005, p. 97):

Se hacía eco, de este modo, de un descontento militar e de una impaciência que le había restado al debilitado gobierno el único respaldo que le quedaba. Así es como cae, finalmente, el gobierno de Castillo en medio del descrédito público y la condenación externa, abrazado a la que habían sido sus gran obsesiones: la neutralidad frente a la guerra y la resistencia al avance de ideas y movimientos de cambio social.

Com esse processo, se encerra o domínio conservador na política argentina instaurado após o golpe de 1930 e a Argentina volta a ter a atuação direta dos militares em suas instituições de poder. Com a queda de Castillo, iniciou-se o governo do GOU e se manteve a questão imposta sobre o governo civil: como lidar com a Segunda Guerra e seus efeitos internos e externos?

Capítulo 2: O GOU e a neutralidade após 1943

A partir da posse de Castillo como presidente, se fortaleceram no governo os setores nacionalistas, em especial dentro das forças armadas, que foram conquistando cada vez mais influência e força dentro do Estado e da sociedade argentina. A resistência do governo Castillo de implantar as reformas e mudanças, inclusive na política externa, esperadas por esses setores, fomentou um sentimento de frustração e descrédito tanto no governo quanto nas instituições argentinas. Esse cenário foi ideal para que uma associação de altos oficiais, o GOU, fundada oficialmente em março de 1943, se aproveitasse do momento político para constituir um grupo forte de pressão e começar a planejar a derrubada do governo civil.

O clima de descrédito em relação às instituições do país é palpável em documentos distribuídos aos membros do GOU, como nesta circular atribuída diretamente a Perón:

Es indudable que, cualquiera de las dos grandes tendencias que venciera en las elecciones, satisfaría los designios de las fuerzas que hoy se mueven ocultamente detrás de intereses inconfesables de la traición. ... De esta manera, el país no puede esperar solución alguna dentro de los recursos legales a disposición. El resultado de las elecciones no será en caso alguno beneficioso para él. ... La Ley ha pasado a ser el instrumento que los políticos ponen en acción para servir sus propios intereses en perjuicio del Estado. (POTASH, 1984, p. 187)

Percebe-se a forma em que a narrativa ideológica do GOU se construiu colocando as forças armadas nacionalistas como opção popular para a superação do sistema político da década de 30, no qual se inseriram tanto a situação quanto a oposição, e suas “oligarquias anti-nacionais”. O jogo de Castillo de dar poder aos setores nacionalistas, principalmente nas forças armadas, mas agir na prática na tentativa de frustrar os desejos de mudança dessa classe, cobrou seu preço ao tornar o próprio conservadorismo em um alvo do discurso mobilizador dentro do pensamento político do GOU e demais organizações.

O grupo se organizou em torno de três elementos ideológicos fundamentais em sua criação. O primeiro desses elementos é a preocupação com a infiltração do comunismo nos movimentos sociais e suas demandas de reforma. O segundo é a forte preocupação em relação ao papel regional da Argentina e o crescente desequilíbrio entre

o país e o Brasil em questões geopolíticas e de capacidade militar, assim como o desejo de unir a América Latina em um mesmo polo de ação internacional sob a influência argentina. O terceiro é o desejo de defender a neutralidade em relação à Segunda Guerra Mundial. (POTASH, 1984)

O GOU assume para si, então, enquanto identidade, a tarefa de unificar os setores nacionalistas dos vários polos ideológicos e se transformar na expressão política única desse sentimento anti-imperialista que se desenvolvia aberta na sociedade argentina do período, em busca da consolidação de uma missão modernizadora da identidade e da prática nacional. Esse tipo de movimento não era inédito, iniciativas como o “*Diario Reconquista*” já tentavam assumir esse papel de agir como ponto de encontro da intelectualidade nacionalista em defesa da neutralidade, mas a aplicação dessa missão ideológica com a vontade e os meios claros de alcançar o poder transformaram o grupo em um espaço altamente chamativo para pensadores e ativistas desde os nacionalistas populares (como alguns líderes radicais e da FORJA) até os nacionalistas cristãos alinhados ao campo da direita e os setores que atuavam em algum sentido em prol do eixo na sociedade argentina. Em relação a sua narrativa interna, o grupo assumia o papel revisionista de ressignificar as relações entre história, poder e povo em busca da criação de uma nova identidade nacional, pautada em uma cultura política nacionalista e neutralista, como forma de superação do conservadorismo da década de 30.

Em 4 de junho de 1943, em resposta à demissão de Ramirez do ministério da guerra, um grupo de soldados marcha em direção a Casa Rosada, encontrando pouca resistência no caminho e uma fugaz tentativa de resistência de Castillo, que acaba por se abrigar em um navio da marinha no Rio da Prata e posteriormente no Uruguai. Após a deposição de Castillo, assumiu a presidência o general Arturo Rawson, que renunciaria três dias depois em razão de conflitos com a ala militar por seu desejo de manter no governo personalidades ligadas ao regime Castillo e de notável filiação à direita conservadora. A partir da renúncia de Rawson, assume o governo a personalidade que foi o motivo do desencadeamento do golpe e que se tornaria seu primeiro presidente estável: Pedro Ramirez. (ROMERO, 2016)

Inicialmente o golpe foi bem-visto pelos grupos políticos, desgastados com a relação difícil criada pelo governo Castillo. O primeiro gabinete de Ramirez, composto em ampla maioria pelos militares, concentrou forças divergentes e possuía ainda a hegemonia dos setores pró-aliados, mesmo que de ação neutralista, o que auxiliou no apoio político ao governo mesmo com a intensificação do fechamento do regime e das medidas autoritárias tomadas para garantir sua estabilidade e o controle sobre as manifestações sociais.

Inicialmente a reação internacional ao golpe de estado foi positiva, enxergada por setores do governo dos EUA como uma oportunidade de reorientação da política argentina com os interesses estadunidenses e pelo Reino Unido como uma solução fácil para as tensões com os EUA e a decrescente utilidade da neutralidade para assegurar o comércio. A presença de figuras reconhecidas no circuito pró-Aliado no primeiro gabinete de Ramirez ajudava a fortalecer essa visão, que logo seria enfrentada pela realidade das posições e dos grupos de pressão dentro do governo e da sociedade argentina. A boa vontade das potências beligerantes em relação aos governos do GOU seria colocada à prova rapidamente ao se demonstrar que o maior patrocinador ideológico e político do regime era o nacionalismo, impedindo qualquer alinhamento automático como era desejado. (RAPOPORT, 1996)

Nesse período, a virada no rumo da guerra em uma direção que fortalecia os aliados, principalmente com a entrada ativa dos EUA no conflito, enfraquecia a necessidade da neutralidade como forma de garantir o comércio com o Reino Unido e demais potências europeias, dada a diminuição nas atividades de guerra submarina no atlântico. Isso deslocava o cerne da questão para o debate político entre os governos e suas sociedades, o que era especialmente fundamental para o GOU e sua missão de estabilizar o governo e unificar a visão nacionalista na sociedade argentina.

A principal questão sobre a neutralidade deixa de ser a manutenção comercial e passa a girar em torno da garantia de uma das maiores obsessões da ala militar do governo: a igualdade política e militar na América Latina. Como descrito pelo Itamaraty (1943)¹⁴, no período, a Argentina ainda possuía equipamentos e estruturas militares adequadas, principalmente na marinha, mas a rápida industrialização do Brasil e seu

¹⁴ Maço 634.0 (41)(00)-37 a 57, confidencial, 1940, Arquivo de Confidenciais MRE

desenvolvimento militar patrocinado pelos EUA preocupavam profundamente o setor militar argentino, entre eles especialmente os nacionalistas do GOU. (RAPOPORT, 1995)

Para superar essa questão, a gestão do chanceler Segundo Storni tratou de estabelecer negociações com os EUA e com o III Reich para o rompimento do isolamento argentino e a obtenção de novos equipamentos militares. As negociações com o eixo rapidamente se mostraram difíceis dado que o peso sobre a indústria alemã e a deterioração de sua posição na guerra impediam grandes investimentos através da Casa Rosada. A saída então era conseguir atenuar as tensões com os EUA e a inserção argentina no sistema pan-americano de apoio à política externa estadunidense. Essas tratativas, inicialmente bem recebidas, vão logo se deteriorando com a resistência argentina em romper a neutralidade e com a predominância, dentro do Departamento de Estado estadunidense, da opinião de que a Argentina já havia se estabelecido como um polo de nazificação das Américas e que deveria ser tratado com toda a severidade politicamente possível. (BOSOER, 2005)

As relações com os EUA atingem um ponto crítico quando o Departamento de Estado divulga comunicações entre o chanceler Storni e o secretário Cordell Hull discutindo um iminente rompimento da neutralidade e os benefícios que o governo argentino poderia esperar a partir desse fato. O efeito imediato do vazamento das conversas foi a reação enfática do setor nacionalista, o que causaria a renúncia de Stormi e, logo após, dos demais membros pró-aliados do gabinete. Em uma manobra de política externa no mínimo controversa, os EUA isolaram a posição pró-aliados do governo argentino e criaram um fato de mobilização para os grupos sociais e políticos defensores da neutralidade e da manutenção do GOU, assim como o fortalecimento de suas alas mais à direita. (CORRIGLIANO, 2009)

É durante o processo de consolidação do regime e de estabelecimento das suas políticas de controle político sobre importantes setores como as universidades e os sindicatos que o coronel Juan Domingos Perón começa a se destacar e expandir sua influência no governo. É importante colocar que Perón já assumia algum protagonismo na organização do GOU desde sua fundação e foi lentamente se transformando em uma

das principais referências ideológicas do movimento, apesar disso sua participação nos governos Rawson e Ramirez não é imediatamente de grande impacto.

Amigo pessoal do general Farrell, Perón inicialmente é alocado na subsecretaria do Ministério do Exército. É somente após ser introduzido a setores sindicais que buscavam a superação das limitações colocadas pelas medidas iniciais de controle sindical, implantadas por Ramirez a partir de alianças com o governo que articula a sua nomeação para o até então pouco relevante departamento do trabalho (e posteriormente a uma secretária do trabalho com status de ministério). A partir dessa pasta, buscou se converter em ponto focal das negociações dos sindicatos com o governo e agiu na promoção do fortalecimento de uma corrente sindical nacionalista alinhada com as ideias do GOU e dos nacionalistas populares, desconstruindo as capacidades dos sindicatos dirigidos por comunistas, sindicalistas revolucionários e opositores em geral da linha ideológica de sua ala do GOU. O ponto alto dessa relação entre Perón e os sindicatos foi a aprovação de uma série de medidas para a melhora das condições de trabalho e o fortalecimento das negociações coletivas, essas medidas posteriormente agravaram as tensões crescentes dentro do governo Ramirez e suas várias alas ideológicas. (POTASH, 1984)

Com a expulsão dos setores mais alinhados com os aliados na guerra, o gabinete Ramirez passa a se sustentar em um grau progressivamente maior nos setores abertamente pró-eixo das forças armadas. Esse alijamento de lideranças moderadas desloca a força de oposição aos setores mais extremos em direção ao grupo do general Farrell e Perón, que perceberam o momento criado pelas mudanças na correlação de forças dentro do governo e começaram a se preocupar com as pretensões de Ramirez e o grupo, cada vez mais alinhado ao nacionalismo católico-hispânico¹⁵, que o presidente procurou fortalecer.

As direitas argentinas nesse momento passam a adotar enquanto bandeira o sempre presente sentimento anti-comunista, substituindo as propostas próximas ao

¹⁵ Segundo Guevara (2018), dentro dessa categoria se inserem os grupos nacionalistas, de forma geral associados à direita dentro do espectro político, que defendiam uma ideia nacionalista pautada na retomada e fortalecimento dos valores cristãos trazidos pelo processo de colonização espanhola. Para esses grupos a inserção de valores liberais na sociedade seria uma corrupção desse ideal de nação e a causa da decadência da sociedade argentina. Convém destacar a proximidade desses grupos com os falangistas espanhóis e com os movimentos fascistas, em especial na Itália no período anterior à guerra.

fascismo que caíam cada vez mais no desgosto da opinião pública e da mídia. A resposta na mídia de grande alcance ao endurecimento do regime do GOU e a virada cada vez mais óbvia no rumo do conflito mundial foi destacar nas suas linhas editoriais a importância de derrubar o fascismo e a força aparente da mobilização popular nesse esforço, traçando paralelos não tão sutis com a situação argentina. O resultado disso foi que os setores mais à direita do GOU foram colocados sob a mira da opinião pública, contribuindo ainda mais para as tensões dentro do governo. (TATO, ROMERO 2007)

No começo de 1944 a situação política e social na Argentina começava a se agravar além da capacidade de gestão do governo Ramirez. O encaminhamento da II Guerra se tornava cada vez mais claro na forma de uma derrota alemã e o isolamento trazido pela política de neutralidade no conflito começava a cobrar um custo crescente na economia, na busca militar por fontes de equipamentos, e na opinião pública. Nesse contexto, o governo Ramirez começa a se preocupar em traçar alternativas, mas encontra dificuldades em desfazer os laços econômicos com o eixo e reverter as decisões de política continental. Além disso, a ruptura entre os setores mais à direita que se aglutinavam em torno de Ramirez em uma política de manutenção autoritária do poder e o grupo que se criava ao redor de Farrell e Perón, com suas propostas de popularização e massificação do regime se mostrava cada vez mais aparente.

O ponto alto das dificuldades enfrentadas por Ramirez ocorreu com o apoio argentino ao golpe de estado iniciado em dezembro de 1943 e consolidado no início de 1944 na Bolívia, substituindo um governo alinhado aos EUA por um governo militar de corte nacionalista e neutralista. A reação estadunidense foi imediata e enérgica: tratou de denunciar extensamente a Argentina e acusar o país de ter planejado o golpe, assim como deslocou uma frota da marinha de guerra para o estuário do Rio da Prata, atracando em Montevideú. Essa reação joga o governo argentino em um pânico claro de uma possível escalada objetiva das tensões com os EUA. Atropelado pela pressão interna e o conflito claro dentro do governo, Ramirez opta por ceder às demandas estadunidenses, na expectativa de recompor uma aliança internacional, e romper as relações com os países do eixo em 26 de janeiro de 1944¹⁶.

¹⁶ De forma detalhada, a Argentina rompe relações com o Japão por sua beligerância (possivelmente para apelar ainda mais para os EUA) e com os demais países do eixo por sua aliança com o império japonês, como colocado por Bosoer (2005)

O rompimento das relações dispara uma crise no governo, já que atacava exatamente o setor à direita em que Ramirez havia baseado crescentemente seu apoio, e leva a renúncia de diversas figuras-chave do governo, mostrando claramente um colapso do setor nacionalista hispânico-católico dentro do regime durante o mês de fevereiro. No dia 24 de fevereiro de 1944 os setores do GOU liderados por Farrell dissolvem oficialmente a organização e exigem a renúncia de Ramírez através da pressão militar. Embora o presidente tenha tentado organizar uma reação “à revolução dentro da revolução” logo ficou claro o fracasso de sua manutenção no poder e, deixando claro a natureza de golpe da movimentação, renuncia oficialmente a presidência em 9 de março de 1944, assumindo, então, o até então ministro da guerra e vice-presidente, além de um dos arquitetos por trás do rompimento de relações com o eixo, o general Edelmiro Farrell. (BOSOER, 2005)

Aqui cabe analisar o porquê da ruptura com o eixo ter se tornado um problema político tão grave e como a neutralidade vinha sendo organizada dentro do GOU, seu governo, e dos setores nacionalistas no pós golpe de 1943. É clara a intenção dos líderes do grupo de transformar a neutralidade em um elemento do discurso político voltado a unir os setores militares ao redor de um mesmo ideal, sendo o neutralismo já presente no discurso do grupo desde a sua concepção. Essa utilização da neutralidade aparece no discurso do grupo enquanto elemento chave para a interpretação da situação internacional do país, como vemos em um memorando interno atribuído ao próprio Perón ainda em julho de 1943, que diz:

Todo enrolado a la obra del G.O.U. debe saber y sentir que nuestra neutralidade, es el símbolo de la Soberanía Nacional ante las presiones foráneas e que ella no constituye ni una adhesión ni un repudio, a ninguno de los bandos en lucha. (POTASH, 1984, p. 124-125)

Já era claro, portanto, o desejo de que a neutralidade se tornasse definitivamente símbolo do neutralismo enquanto fator unificador das suas diversas tendências, inicialmente entre as forças armadas, mas também na sociedade. Na verdade, em diversos comunicados internos do grupo a neutralidade foi sempre citada enquanto elemento de mobilização a ser mantido e desenvolvido pelos oficiais organizados, o que reforça que essa questão não era lateral para a ideologia do grupo, mas sim fundamental para a sua ideia de unidade em prol de um novo projeto nacional, que deveria ser

mantida ativamente. Nessa lógica, a neutralidade deixou de ser elemento da esfera das relações exteriores do governo do país e foi ressignificada enquanto elemento narrativo, ou ideia política, da defesa da soberania nacional do país platino e construção do GOU e seus membros enquanto os capazes de fazer a defesa dessa nova identidade nacional.

No campo prático, a neutralidade se explicava enquanto uma política cautelosa de manutenção da unidade programática dos setores nacionalistas que haviam tomado o poder e enquanto cálculo político para a superação dos desafios encontrados pelo governo do GOU. Na esfera externa, esperava-se que o rompimento da neutralidade fosse uma carta na manga do governo para negociar a superação das suas preocupações políticas, como o isolamento e o desbalanceamento regional. Já na esfera interna o cálculo era no potencial da neutralidade, junto às demais políticas do GOU, de servir como nó entre as tendências nacionalistas dentro e fora do governo de modo a garantir a governabilidade e a consolidação do governo do pós-golpe e a sua ideia inicial de sociedade. (RAPOPORT, 1996)

Essas dimensões da política de neutralidade, signo e manifestação, são essenciais para compreendermos como o terceiro governo decorrente do golpe de 1943, estabelecido a partir da derrubada de Ramirez, utilizou do rompimento das relações sem a declaração de beligerância para defender seus interesses. A política de neutralidade precisava servir seus propósitos antes que se tornasse obsoleta pelas pressões internas e externas, e o fim progressivamente mais próximo do conflito mundial. Vamos tentar analisar como o governo Farrell se inseriu nessa relação e como utilizou do fim do conflito para progredir sua agenda política.

Com a subida de Farrell a presidência em meio a um cenário de instabilidade política, se tornaria ainda mais essencial a popularização do movimento iniciado pelo agora extinto GOU e a hegemonização do governo de forma a isolar os setores alinhados a Ramirez e Rawson. Essa oportunidade aparece politicamente com a série de desacordos em relação à política do governo, que vão abrindo o caminho para o expurgo do gabinete, e ainda como resposta a uma retórica cada vez mais agressiva por parte dos EUA, cuja reação é fortalecer os setores nacionalistas na opinião pública.

Foi nesse contexto que Perón se destacou ainda mais na condução do governo. Visto como um nacionalista pragmático partidário de uma aproximação necessária com os EUA, Perón agiu no sentido de instrumentalizar a política trabalhista do regime e sua influência sobre o cada vez mais forte sindicalismo nacionalista, para dotar o governo Farrell da legitimidade popular necessária para garantir o mínimo de estabilidade agora que o regime não podia mais contar com a unidade da classe militar proporcionada pelo GOU. Isso se mostrava especialmente importante com a intensificação do isolamento internacional argentino ocasionado pelo não reconhecimento, sob a justificativa de se tratar de um golpe de estado, do governo Farrell pelos EUA e por um relutante Reino Unido. (BOSOER, 2005)

Após o estabelecimento do governo Farrell a situação externa da Argentina se alterou dado que a política agressiva dos EUA em relação ao país começou a se exaurir na comunidade internacional, principalmente entre as demais nações latinas, que usam isso como um gancho para demonstrar a insatisfação com a forma em que eram tratadas nas negociações para a definição geopolítica após o conflito. Esse pequeno respiro em relação ao isolamento argentino se intensifica com a saída do secretário Hull do Departamento de Estado estadunidense e a sua troca por Nelson Rockefeller, que liderava uma linha pragmática nas relações com a Argentina, por beneficiar os interesses de penetração econômica dentro do país. Nos anos da gestão Rockefeller o governo Farrell, com envolvimento direto de Perón, consegue iniciar de fato negociações para garantir investimentos e integrar o país no sistema interamericano.

Com essa mudança começam a se movimentar os mecanismos políticos para abandonar definitivamente a neutralidade em relação à guerra. Durante o ano de 1944 conversas sigilosas são efetuadas entre o governo Farrell e os aliados, preparando os passos necessários para romper o isolamento argentino. Em outubro de 1944 a Argentina propôs a realização de uma nova conferência de consulta entre as nações americanas para definir uma atuação conjunta que, embora a reunião não tenha ocorrido, já dava um sinal claro e público das pretensões da Casas Rosada. Essas sinalizações resultam no progressivo abandono dos setores pró-eixo e neutralistas absolutos do governo e o fortalecimento da fórmula Farrell-Perón na administração efetiva do Estado argentino. Em fevereiro de 1945 se realiza a conferência de

Chapultepec (*Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz*) em que a Argentina, por sua postura neutralista, não foi chamada a participar. Porém, a negociação política durante a conferência chegou no consenso de que o país seria chamado a assinar a ata do evento mesmo sem ter se feito presente, a contraposição a isso seria o início imediato das preparações para a declaração de guerra em troca da facilitação da integração do país no sistema interamericano decorrente de Chapultepec e na criação da ONU a partir da conferência de São Francisco naquele mesmo ano. (CORRIGLIANO, 2009)

A partir desses acordos, a Argentina declara finalmente a guerra ao eixo em 27 de março de 1945, enterrando de uma vez por todas a manifestação prática da neutralidade. Em troca desse gesto, foi integrada ao sistema americano e sua presença foi defendida pelos EUA na ata de fundação da ONU¹⁷, apesar das resistências britânicas e soviéticas que viam nesse movimento uma forma de imposição da influência estadunidense na jovem organização.

Apesar dessa breve dissuasão de tensões, a partir da morte do presidente Roosevelt e a subida de Harry Truman ao poder, a linha dura volta ao poder no Departamento de Estado a partir de meados de 1945, retomando uma linha de ação forte e decisiva contra a Argentina e seu governo. Nesse mesmo período começaram a avançar ativamente no país as discussões para a realização das eleições para a sucessão de Farrell em 1946.

A discussão em torno da sucessão presidencial fez crescer na sociedade argentina durante o ano de 1945 uma rápida polarização entre o peronismo e o anti-peronismo. O cancelamento dos acordos previamente acertados com os EUA para investimentos e a ação ativa do então embaixador estadunidense em Buenos Aires Spruille Braden agiram no sentido de fortalecer a pressão sobre o governo e empoderar a oposição anti-peronista dentro dele e da sociedade. A oposição, como o apoio da grande mídia, passava a buscar monopolizar a bandeira da democracia e caracterizar Perón e seus aliados como elementos fascistas e ditatoriais que ameaçavam a nação Argentina e sua relação com o mundo. A polarização culminaria em uma série de

¹⁷ Para melhor entender os compromissos e a posição internacional que a Argentina se integrava ver - Carta de las Naciones Unidas y Estatuto de la Corte Internacional de Justicia, 1945, Biblioteca Digital de Tratados MREC,

levantes militares anti-peronistas que se concretizaram em 8 de outubro de 1945 com a prisão de Perón e a destituição de Farrel de todo poder além do simbólico na presidência da república.

Apesar disso, os peronistas ainda contavam com um expressivo apoio dentro da sociedade que foi progressivamente se consolidando ao longo de 1945 por meio da cooptação dos setores militares, sindicais e do fortalecimento dos setores econômicos industriais a partir das políticas implementadas pela Secretaria do Trabalho. Esses núcleos de apoio já haviam se consolidado de tal forma que resultaram, 1 semana após a prisão do coronel, em uma massiva manifestação popular nas ruas de Buenos Aires e outras cidades pedindo a libertação de Perón.

O dia que ficaria conhecido na história do peronismo como “dia da lealdade”, exerceu uma pressão popular tamanha que levou Perón da detenção direto para o balcão da Casa Rosada, onde se pronunciou para as centenas de milhares de manifestantes em defesa dos seus ideais e sua posição como candidato à presidência nas eleições do ano seguinte. A manifestação popular conseguiu cumprir seu papel de desmoralizar os setores golpistas dentro do governo e impulsionou de forma clara o protagonismo e a eventual vitória eleitoral de Perón em uma campanha que seria marcada pela instrumentalização das relações exteriores e dos conceitos de democracia e autoritarismo. Esse processo impulsiona então não só a figura do coronel para a presidência, mas também a sua política clara de estabelecer na Argentina uma Terceira Via de posicionamento em relação ao contexto do pós-guerra, muito semelhante culturalmente à neutralidade, como veremos.

Capítulo 3: A neutralidade, de política de Estado a elemento ideológico

Tendo discutido os aspectos singulares do processo histórico argentino durante a II Guerra Mundial, assim como a forma em que cada governo se relacionou com a sociedade e seus grupos internos de poder, faz-se necessária agora uma análise mais aprofundada da neutralidade em suas várias facetas. Embora tenha sido discutido brevemente nas seções anteriores como a neutralidade se configurou em cada etapa política da Argentina no período, é importante aprofundar em que ela se baseou, suas motivações, como ela foi negociada e vista pelos grupos internos, principalmente entre os nacionalistas de direita e de esquerda, dos governos e, de forma primordial para essa pesquisa, como ela foi ressignificada em elemento narrativo do discurso político nacionalista a medida em que esses grupos hegemonizaram o Estado argentino.

Primeiramente vamos falar sobre a neutralidade em cada um de seus momentos, as continuidades e rupturas nas linhas de ação e decisão de política externa relacionadas a ela no governo civil e no governo militar. Para essa análise vamos comparar os grupos que balizaram a neutralidade em cada momento, sua aplicação prática e o discurso político aplicado pelos grupos no poder para justificarem suas decisões de política externa. O objetivo com isso é entender se é possível caracterizar a política como uma continuidade durante todo o conflito ou como políticas diferentes, com uma manifestação prática semelhante, mas de bases diferentes.

Ao tratarmos do governo civil podemos isolar duas tendências para a neutralidade. A primeira delas é o estabelecimento da neutralidade e o seu primeiro momento no governo de Roberto Ortiz, que buscou construir uma posição em relação ao conflito especialmente pautada na promoção dos interesses comerciais da Argentina, em especial a exportação agropecuária para o Reino Unido. É nesse momento em que ainda podemos traçar alguns paralelos com a posição Argentina durante a I guerra em relação à motivação econômica, mas a posição de Ortiz é ainda muito menos ativa e pautada na busca por uma narrativa política de soberania do que a implantada durante o primeiro conflito, como colocado por Storani (1996). A neutralidade nesse momento inicial da guerra busca atrair o favor dos aliados ao garantir o fluxo comercial, mas politicamente pouco se importa com as justificações e criação de discursos em relação a sua manutenção, ainda mais em um cenário internacional ainda favorável a essa política.

Na relação entre o interno e o externo é clara a busca de Ortiz de consensos e vitórias capazes de garantir sua legitimidade para a superação da baixa confiança da opinião pública no regime pós-1930 e uma ação no sentido de buscar frear polarizações na sociedade que pudessem ameaçar o plano de abertura política proto-reformista favorecida pelo governo e suas bases econômicas e sociais. Apesar desses esforços, não foi possível parar o processo de polarização da sociedade em relação tanto ao conflito quanto à política interna, especialmente com a acelerada propagação dos grupos nacionalistas, cujo viés anti-imperialista ia à contramão dos interesses do governo nesse momento. Aqui podemos perceber claramente a aproximação entre o eixo interno e externo através da necessidade dos projetos políticos nacionais de colocar a política externa enquanto foco do governo, como caracterizado por Milza (2003), o que só se intensificou ao longo dos períodos subsequentes.

A neutralidade sob Ortiz se estabelece a partir dessa relação com a sociedade enquanto uma política pendular de neutralidade, caracterizada pelas tentativas de aproximação com os aliados, mas sem firmar compromissos concretos que ocorressem em grandes custos políticos ao governo. Essa posição, como colocado por Corrigliano (2009) parece sempre se colocar de forma reativa às pressões da sociedade e das nações envolvidas no conflito, sem agir em direção a um planejamento e objetivos de longo prazo, o que se torna cada vez mais difícil conforme essas pressões aumentam durante o conflito. É já no final do governo Ortiz, com o então presidente bastante debilitado pela diabetes, que a neutralidade começa a tomar corpo com as rupturas mais incisivas contra a política hegemônica dos EUA no continente, e é a sua renúncia o ponto focal para a alteração desta política.

Com a ascensão de Castillo ao poder, a lógica da neutralidade se altera sutilmente nas suas bases e na prática de sua defesa por parte do Estado. A não continuidade dos interesses de reforma colocados por Ortiz faz com que Castillo necessariamente precise encontrar outras bases de sustentação de seu governo, sendo a sua escolha então a de deslocar o Estado em direção aos setores neutralistas de direita, em especial os nacionalistas militares. O custo político dessa decisão é a necessidade de fechamento do regime, para controlar as pressões políticas dos grupos opositores ao governo e dos que foram alienados no deslocamento do poder, assim como a orientação

do Estado para uma defesa ativa da neutralidade, que passa a ser fundamental para a manutenção das bases de apoio a Castillo. (RAPOPORT, 1996)

A neutralidade sob Castillo começa a se tornar cada vez mais custosa à medida que aumentam as pressões, inclusive econômicas e em relação ao abastecimento de insumos militares através do controle do *Lend Lease*, das potências, em especial os EUA, sobre a Argentina. Isso ocasiona não só uma alienação ainda maior do governo em relação aos setores tradicionais e econômicos, mas a insatisfação, e consequentemente maiores demandas, das novas bases neutralistas de Castillo. A defesa da neutralidade passa a ser cada vez mais uma política combatida pelos setores políticos e econômicos, e uma janela para o aumento constante da influência dos setores nacionalistas, em especial na direita, cerceando as possibilidades de Castillo.

Na prática a neutralidade também se altera nesse cenário de aumento das pressões, abandonando boa parte da lógica pendular de apaziguamento dos aliados em favor de uma construção obstinada de uma neutralidade absoluta, mas sem os elementos retóricos de discurso e o apoio direto dos setores nacionalistas para se tornar uma força significativa de sustentação do regime. Cada vez mais a liderança conservadora precisa defender a neutralidade quase que como obsessão para garantir o apoio nacionalista, e cada vez mais o custo desse apoio aumenta, o que culminaria na declaração de estado de sítio e um fechamento ainda maior do regime após a ofensiva política contra a neutralidade após a entrada dos EUA na guerra. (CORRIGLIANO, 2009)

O aumento do preço da aposta política da neutralidade faz com que o governo passe a defender externamente uma ação ativa contra as tentativas estadunidenses de hegemonizar a política continental, como é possível ver nas ações argentinas durante as conferências interamericanas do período. Esse processo só faz aumentar as pressões e as sanções políticas e econômicas sentidas pelo país, que vão se intensificar à medida que o restante do continente vai se alinhando à política dos EUA, como no caso da entrada do Brasil no conflito. Esse crescente isolamento político e a diminuição rápida dos benefícios econômicos associados à neutralidade faz com que a única base de apoio do governo seja os setores nacionalistas. Esses setores, cada vez mais agitados pela dificuldade de influenciar totalmente o governo Castillo, começaram a acreditar na falta

de utilidade do governo conservador enquanto intermediário entre eles e o poder, o que levaria então ao golpe de 1943. (BOSOER, 2005)

A neutralidade durante o governo Castillo pode então ser descrita como uma política tática, sem conseguir se expandir ao estratégico, que em uma tentativa de se caracterizar como interesse nacional acaba por se tornar uma obsessão necessária dos altos setores do governo. Sustentada por uma difícil correlação de forças entre os grupos políticos conservadores e as elites militares, a neutralidade se centra cada vez mais nos benefícios econômicos em relação ao Reino Unido, em um momento em que a influência dos EUA é que passa a exercer mais peso na realidade do conflito e da esfera internacional, dificultando ainda mais sua manutenção.

Após o golpe de 1943, a neutralidade durante os governos do GOU se alterou substancialmente em relação a sua organização durante os governos civis. O GOU assume o poder na Argentina sob a perspectiva de oferecer uma alternativa real e popular para o sistema político pós-golpe de 1930 e tem a neutralidade enquanto um dos elementos principais de sua cartilha ideológica. Nesse sentido, o objetivo principal do grupo era se transformar em um espaço de integração e unificação dos setores nacionalistas (seja na direita ou na esquerda) de forma a criar um corpo unificado de ação e influência política na transformação da sociedade argentina. A neutralidade se transformou dessa forma em um dos pontos centrais dessa união dos nacionalismos, por ser uma pauta comum aos diversos setores e em elemento unificador das culturas políticas desses setores em torno de uma ação única.

É nesse sentido de transformação do GOU em um centralizador dos nacionalismos que a sua ideologia começa a se consolidar, tendo na neutralidade um ponto central do discurso político e das ideias dos membros do grupo¹⁸ enquanto uma ferramenta para a conquista da soberania. Discutiremos de forma aprofundada a transformação da neutralidade de uma política material em um signo do discurso político do GOU enquanto membro do poder mais a frente, mas a construção dessa cultura política dentro do grupo é essencial para a sua criação e a sua manutenção

¹⁸ Dentre os membros do GOU se destacaram o próprio Juan Perón, Urbano de la Vega, Enrique González, Pedro Ramírez, Emilio Ramírez, Edelmiro Farrell e Juan Carlos Montes. É importante citar a grande participação dos oficiais de baixa patente na agremiação (com a exceção de alguns quadros como os generais Ramirez e Farrell) e a força dos ideais do grupo entre esse setor do baixo oficialato (POTASH, 1984)

enquanto fórum de unidade e de resolução dos conflitos internos dos nacionalismos, especialmente dentro das forças armadas, de forma a prover alguma estabilização e legitimação aos governos pós 1943.

Focando na neutralidade “política externa”, se analisa como ela se construiu e se manteve então nos 3 governos do GOU. Por ser um elemento fundamental para o GOU, assim como a apreensão sobre o seu rompimento ser um dos motivos para o golpe de 1943, é natural que ela tenha sido mantida apesar das inclinações pelo eixo ou pelos aliados de diferentes setores da organização. O breve governo Rawson não nos dá muitas novidades analíticas, mas é a partir do governo Ramirez que a neutralidade vai sofrer mudanças significativas na sua organização.

Buscando superar o isolamento argentino em um cenário internacional que começava a se desenhar em direção ao fim da II Guerra Mundial, o governo Ramirez inicialmente tentou realizar uma reaproximação com os EUA através de setores pró-aliados do gabinete (em especial o chanceler Segundo Storni). O principal objetivo do governo militar era acessar os programas de investimentos estadunidenses para reverter o desequilíbrio político, econômico e militar na região. Essas conversas, porém, acabam desarmadas quando os EUA fizeram publicar as trocas de mensagens entre o Ministério das Relações Exteriores e Culto e o Departamento de Estado discutindo a quebra da neutralidade e as condições para que isso ocorresse, agitando os setores pró-eixo do governo e fazendo com que os setores pró-aliados sejam afastados do poder, efetivamente implodindo as negociações nesse momento. Essa interrupção das negociações demonstra um abandono da tentativa de realinhar a neutralidade enquanto uma política pendular de aproximação com os aliados, mas sem a alteração central do eixo político do país, um espírito semelhante ao elaborado durante o governo Ortiz. (BOSOER, 2005)

Com o enfraquecimento dos setores pró-aliados do governo, Ramirez passa a guinar sua base de apoio e a sua condução política progressivamente em direção aos setores nacionalistas hispano-católicos direitistas do GOU e da sociedade. Esse fortalecimento da ala à direita do regime começa a criar o princípio da ruptura com o polo que se organizava ao redor do general Farrell e de Perón, alinhados a uma ideia de popularização do regime. Com essa reorientação de Ramirez em torno da continuidade

de um projeto de poder autoritário baseado nas direitas, a opinião pública e a mídia começou a considerar esses setores e, portanto, a neutralidade, enquanto alvos de uma campanha anti-autoritária inspirada na virada da maré no conflito mundial.

Com o desfecho da Segunda guerra se tornando cada vez mais claro, a repercussão econômica da neutralidade e o isolamento internacional proporcionado pela sua adoção começou a aumentar os seus custos de manutenção na sociedade argentina, assim como a dificuldade de avançar sobre o problema do desequilíbrio militar. Ramirez e seu governo perceberam-se cada vez mais pressionados pelos setores internos a encontrar uma saída para o isolamento de forma rápida e decisiva. Com a escalada em relação aos EUA a partir das posições internacionais da Argentina e as acusações de envolvimento no golpe de Estado de 1943 na Bolívia, incluindo o envio de uma frota da marinha de guerra estadunidense para o estuário do Rio da Prata, o governo Ramirez é colocado em uma situação caótica frente a situação interna e externa e opta por romper relações com o eixo em 1944, delimitando de forma bastante clara o futuro da política da neutralidade.

O resultado político do rompimento de relações é um racha explícito dos setores direitistas do governo, que abandonam o gabinete em massa. Essa oportunidade é o catalisador para que o setor liderado por Farrell e Perón articule a derrubada de Ramirez e a ascensão de Farrell a presidência. A partir desse momento, foi Farrell, com ampla participação de Perón, o responsável pela condução dos momentos finais da neutralidade. O governo Farrell se encarregou de, aproveitando o clima favorável que se criou no Departamento de Estado dos EUA, usar a neutralidade (na perspectiva da declaração de guerra de fato) enquanto uma moeda de troca para conseguir se reaproximar dos EUA, romper o isolamento e conseguir a integração ao sistema americano que se construía, em especial após a conferência de Chapultepec, e o acesso à Organização das Nações Unidas. Somente em troca dessas garantias por parte dos aliados é que a Argentina declarou então guerra ao eixo em 27 de março de 1945, encerrando a neutralidade em sua manifestação prática, mas estabelecendo o precedente de seu desenvolvimento posterior enquanto símbolo.

Analizando a manifestação prática da neutralidade durante os governos civis e militares cabe agora refletir se realmente podemos caracterizar esses movimentos

enquanto uma mesma política. Dadas as claras mudanças na estruturação prática, nas bases sociais de sustentação e nos elementos narrativos de discurso acredita-se que não convêm para a análise falar de uma única neutralidade uníssona e monolítica. A separação dessa política em 2 momentos, ou duas neutralidades distintas, porém conectadas parece fazer muito mais sentido para compreender o fenômeno e a suas dimensões políticas, culturais e sociais. Caracteriza-se a primeira neutralidade como a neutralidade posta em prática pelo governo civil, voltada principalmente a manutenção e a exploração dos vínculos comerciais com as potências aliadas e caracterizada por uma lógica pendular nas relações com as nações beligerantes. Essa neutralidade contava com certo apoio internacional e agia no sentido de proporcionar um ambiente social de legitimação do sistema político da década de 1930 e na busca por uma saída pactuada para outro modelo político. Essa neutralidade tem o seu processo de fim a partir da radicalização do regime Castillo e a sua crescente transformação em uma política vazia de ganhos continuados internacionalmente, mas essencial para a manutenção do regime conservador frente a seus novos aliados internos.

A segunda neutralidade caracteriza-se, portanto, pela neutralidade implantada a partir do golpe de 1943 pelo GOU. É marcada pelo contexto geral de virada no rumo da guerra, em que a Alemanha não mais representava uma ameaça ao comércio europeu e se insere em um processo circular na política interna do país. O GOU precisava da neutralidade para garantir a sua integridade organizativa entre as suas várias facções e o convencimento popular do projeto de nação da organização, e a neutralidade por sua vez aprofundava a situação de isolamento internacional e as pressões sob a argentina, o que se transformava em pressão interna e dessa forma gerava a necessidade de um GOU cada vez mais centralizado e forte, ou seja, um circuito fechado, porém tumultuado, dentro das relações políticas argentinas. Essa dinâmica se quebra quando a pressão chega a um ponto crítico, fazendo o governo Ramirez optar pelo rompimento das relações, o que desmoraliza os setores à direita do GOU. Esse enfraquecimento abre caminho para a hegemonia do campo Farrell-Perón através de um golpe dentro do golpe que, após realizado, tornou o GOU em si obsoleto enquanto organização, pois não haviam mais grupos ideológicos distintos que precisavam ser postos em harmonia na correlação de forças que lideraram o movimento de 1943, a partir de então o terceiro governo do GOU pode prosseguir de forma relativamente harmoniosa na consolidação

do seu projeto de nacionalismo popular e de fortalecimento de uma continuidade eleitoral do projeto.

Essa dinâmica só se fez possível através do papel central que as forças armadas, e os vários grupos ideológicos que compunham seu oficialato foram assumindo ao longo da década de 30 em um processo que se acelerou ao longo do governo Castillo e que culminou no golpe de 1943. É através desse processo, como colocado por Bosoer (2005), que as forças armadas argentinas consolidaram de tal forma sua influência sobre o processo de tomada de decisão da política que, eventualmente, a mediação civil se tornou desprezível para a conquista dos seus objetivos. Isso resultou em um golpe que encerrou o processo político iniciado com o golpe de 1930 e a partir de então recolocou os militares na centralidade da política argentina e consolidou as bases do que então se tornaria o peronismo a partir da eleição de 1943.

A partir dessa relação entre o fortalecimento dos militares dentro da política argentina e a forma em que a neutralidade foi aplicada, é preciso analisar também a construção da neutralidade enquanto símbolo narrativo para as ideias políticas do GOU e como esse processo eventualmente influenciou a narrativa ideológica e a cultura política do peronismo. Selecionou-se para essa análise somente a segunda neutralidade por entender ser nesse momento em que existiu um esforço ativo, direcionado e deliberado para estabelecer uma neutralidade “ideia” ou “elemento cultural”. (BOSOER, 2005)

Para compreender esse processo de resignificação da neutralidade em elemento das ideias dos nacionalismos é fundamental compreender que o processo de politização e polarização da sociedade argentina sofria cada vez mais aumentos durante a década de 30. O crescente interesse nas questões políticas internas e externas permitiu as várias vertentes do pensamento nacionalista, por seu discurso mobilizador natural ao propor um grande destino para uma nação com um sistema político desacreditado, se desenvolver rapidamente e com grande penetração social, em especial em setores influentes como o radicalismo e as forças armadas. É a partir dessa disseminação que começamos a ver um nacionalismo¹⁹ que penetrou de fato na sociedade ao ponto de

¹⁹ Destaca-se a existência de um campo bem desenvolvido dentro da historiografia argentina estudando o nacionalismo argentino, suas bases e seu desenvolvimento dentro da sociedade. Para maior profundidade nessa questão ver HALPERÍN DONGHI (2005), SEBRELI (2003) e TERÁN (2008)

agregar militantes às suas diversas correntes. Fato representativo dessa popularização é o desenvolvimento dos debates a respeito da identidade nacional argentina e a proliferação da mídia e das organizações políticas de corte nacionalista. Essencial para a análise é o surgimento e crescimento de organizações que, percebendo o elevado corpo teórico e a força mobilizadora do campo nacionalista, começaram a se organizar de forma a aglutinar, com diferentes graus de sucesso, as frações desse campo em uma frente de ação única, uma delas sendo o próprio GOU e a sua intenção unificadora dentro das forças armadas. (GUEVARA, 2018)

Nesse sentido a ideologia inicial do GOU já tinha esses elementos de nacionalismo amplo e da defesa da neutralidade enquanto representante da soberania atacada pelas pressões exteriores. Essas relações vão se alterando e se modificando à medida que o grupo se consolidou e desenvolveu suas bases ideológicas e as relações de poder internas se alteraram. Um dos mais ferventes defensores da neutralidade e um dos principais responsáveis por desenvolver uma neutralidade enquanto signo foi o próprio coronel Perón, que nas reuniões e comunicados internos do grupo tratou de estabelecer a importância fundamental da neutralidade enquanto mobilizador dos interesses do grupo de fundação e manutenção de uma nova sociedade e de uma nova identidade nacional pautada na soberania e no nacionalismo. A neutralidade se colocava, portanto, enquanto elemento mobilizador das ideias políticas do nacionalismo unificado e enquanto base para a posterior construção ideológica do justicialismo e sua visão autonomista.

A presença da neutralidade entre as principais linhas políticas do GOU já nos demonstra que essa causa era essencial para o grupo. Exemplo disso foi a decisão rápida e absoluta de afastar o chanceler Storni quando as suas negociações com os EUA para o rompimento com o eixo se tornaram públicas. A neutralidade se convertia dentro do grupo de governo enquanto verdadeiro símbolo da missão modernizadora e dignificante que o alto escalão acreditava estar instituindo e em um elemento central dos seus esforços de mobilização dos grupos políticos e da sociedade em geral. Defender a neutralidade era defender o GOU e seu governo e respeitar a posição absoluta da Argentina enquanto uma grande nação, o que permitia-lhe resistir a pressões políticas e

econômicas, que tinham o objetivo de plantar as sementes do controle a longo prazo da nação, em defesa de sua soberania e suas tradições internas. (POTASH, 1984)

O GOU, através da neutralidade, se colocava como a alternativa popular à nacionalização dos interesses coletivos, vendidos pelo regime conservador às forças internacionais e bastião central da unidade nacionalista por um projeto nacional. Essa força precisava então, como era entendido pelos seus próprios dirigentes, de uma ação constante de direcionar, controlar e dar sentido aos resultados políticos e sociais do golpe de 1943. A neutralidade se transformou então em mito unificador dessa força diretiva, principalmente nas forças armadas cada vez mais envolvidas no processo de tomada de decisão na política externa por suas preocupações em relação ao equilíbrio regional. Esse processo foi especialmente necessário pela necessidade de renovação dos quadros do governo e, conseqüentemente, das bases de apoio do novo regime e seus apoios ideológicos, o que foi uma lição internalizada a partir da análise do isolamento interno sofrido pelo governo Castillo em seus momentos finais. (MUNOZ, 1992)

O enfraquecimento da utilidade prática da neutralidade na área econômica, com o enfraquecimento do eixo na guerra naval atlântica, servia para fortalecer ainda mais a necessidade de se difundir culturalmente a neutralidade. O fortalecimento da cultura política centrada na neutralidade no governo garantia a sua manutenção e o fortalecimento dos setores nacionalistas na sociedade. Um exemplo desse fortalecimento é a criação, guiada por Perón, de uma forte tendência sindical nacionalista alinhada ao seu grupo político. Essa difusão cultural e a busca por novos parceiros de sustentação do regime possibilitou a infiltração no programa do GOU dos nacionalismos populares ligados à esquerda, o que por sua vez também aumentou as tensões dentro do governo Ramirez. (BOSOER, 2005)

Curiosamente, foram também esses setores populares ligados a Farrell e Perón que entendiam a neutralidade enquanto uma política pragmática e flexível, o que é perceptível pelo protagonismo desses setores na decisão política de rompimento com o eixo e na posterior declaração de guerra e as negociações para isso. O signo da neutralidade enquanto elemento da soberania nacional permitia também a sua mudança prática quando fosse mais vantajoso para o desenvolvimento e sustentação dessa soberania. Com o fortalecimento desses setores e o crescimento da instabilidade interna

do GOU a neutralidade enquanto símbolo unificador das tendências nacionalistas perdeu sentido a partir da percepção de que existiam as condições para criar uma hegemonia dentro do governo, mas manteve o seu apelo narrativo enquanto elemento formulador de discursos e símbolo ideológico dentro da lógica criada por Farrell e Perón, especialmente a partir da campanha e governo deste último. Esse processo de flexibilização da interpretação de uma mesma ideia política como legitimador da ação prática é relatado por Winock (2003) no processo de consolidação de um elemento ideológico.

A neutralidade enquanto signo, portanto, se constituiu a partir do desenvolvimento do sentimento anti-imperialista e nacionalista na década de 30 para formar um elemento de unificação dos nacionalismos em torno de um projeto único de poder e projeto nacional nas mãos do GOU. A partir disso foi internalizada por essas forças enquanto um elemento central na formulação dos discursos e na construção das bases da cultura política desses setores, em especial no grupo nacionalista popular que acabaria por prevalecer na disputa de correlação de forças dentro do Estado tendo como objetivo a sucessão do regime pós-1943 e a sua transformação em uma corrente política duradoura.

Cabe observar também como essa neutralidade “símbolo” foi transmitida e difundida fora dos grupos pertencentes ao Estado e as entidades de militância nacionalista. Na mídia tradicional, Munoz (1993) e Tato e Romero (2007) nos demonstram que o discurso político da neutralidade não encontrou uma grande reverberação em uma grande mídia que escolheu tratar a guerra com um viés pró-Aliado e uma linha editorial na cobertura que se entende muito localizada e focada nos desenvolvimentos práticos do conflito, tratando aspectos políticos com muita sutileza. A difusão desses elementos culturais e do imaginário da neutralidade na opinião pública se deu então principalmente pelos pequenos veículos nacionalistas a partir do desenvolvimento e consolidação de uma estratégia focada na propaganda política por parte do Estado. Capelato (2008) classifica a propaganda política do peronismo enquanto uma propaganda focada não somente em informar e conscientizar a população sobre as conquistas do governo, mas também gerar sentimentos e emoções capazes de mobilizar as massas para a ação e fazer com que se percebessem enquanto parte integral

do desenvolvimento da nova Argentina e, portanto, responsáveis por defender o projeto nacional. A neutralidade se insere nessa perspectiva ao fornecer as bases para entender a inserção argentina no mundo e a importância do trabalho do Estado na defesa da soberania da nação. Foi através dela que se construiu a orientação internacional do país no terceiro governo do GOU e no governo Perón após 1946, se colocando enquanto local fundador de uma nação que sabe o lugar de destaque que merece e que é guiada pelo povo e pelos seus líderes na defesa enfática desse local simbólico.

Uma das principais influências perceptíveis da neutralidade e dessa dinâmica de transformação dela em elemento simbólico de discurso é a construção da terceira via peronista e a sua percepção interna e externa. Durante a eleição de Perón, os EUA atuaram decisivamente para barrar o seu crescimento e a consolidação do regime pós-1943 na sociedade argentina, de forma que foi inclusive apropriada pela campanha peronista como mobilizador do eleitorado em uma cruzada pela nacionalidade, colocando a eleição como a escolha entre a intervenção estrangeira ou a soberania nacional (Braden Vs Perón).

A neutralidade, portanto, enquanto base da atuação exterior do Estado argentino e enquanto elemento central da narrativa da soberania, influenciou claramente no entendimento do debate sobre a autodeterminação e sobre a opção de país que se colocava na disputa durante o processo eleitoral de 1946. A construção da terceira via equidistante em relação às potências enquanto posição oficial do peronismo frente a configuração internacional do pós-guerra deve muito a essa base narrativa ideológica colocada pela neutralidade "símbolo" e ao precedente estabelecido pela neutralidade "prática" durante a Segunda Guerra Mundial. Também é claro como a neutralidade e o comportamento argentino durante o conflito deram abertura ao isolamento que o país sofreu nessa nova configuração, em decorrência da resposta das potências ao que era visto como uma continuidade do regime de 1943 e, portanto, da neutralidade enquanto prática de comportamento internacional. É perceptível como a neutralidade se transformou em um pilar fundamental da cultura política, como caracterizada por Motta (2009), nacionalista, se tornando parte do arcabouço abstrato utilizado pelos membros do nacionalismo argentino, em especial o justicialismo, para significar o contexto

político e fundamentar ideologicamente o seu processo de tomada de decisões e formulação de políticas e direções ideológicas.

Desse modo, percebe-se como as neutralidades, sejam enquanto prática ou símbolo, se configuraram durante os diversos governos que vivenciaram a Segunda Guerra Mundial na Argentina e como esses governos se relacionaram e utilizaram da neutralidade em diferentes manifestações para a progressão de seus interesses. Entende-se também como essa política foi apropriada pelo governo revolucionário pós-1943 enquanto elemento central das ideias e da cultura política desse grupo e como ela foi orientada para fomentar e cooptar uma base de apoio entre os grupos de poder e da sociedade para estabilizar esse governo, assim como a forma em que esse processo se transformou na construção prática e ideológica do que viria a ser o governo que sucedeu o projeto de poder e nação colocado pelo golpe de 1943.

Considerações finais

Fica claro que a Segunda Guerra Mundial teve um profundo impacto na história da Argentina. Foi ela o catalisador fundamental para o fim do regime político estabelecido após o golpe de 1930 e da hegemonia conservadora na direção do Estado argentino. Foi também durante esse período que as transformações sociais na sociedade do país atingiram um novo patamar com o crescimento acelerado dos nacionalismos e o efeito transformador que esses novos grupos tiveram nas relações entre poder o Estado e a comunidade nacional em sua totalidade a partir da polarização enfrentada nas décadas de 30 e 40. Essas questões trazem a importância de pensar a participação e a inserção da América Latina no conflito de forma direta ao demonstrar que a região não foi secundária ou esquecida durante as agitações da década de 30 e 40.

Essas transformações, aceleradas pelo contexto da guerra, levaram os diversos setores sociais a analisar seus projetos de nação e a forma em que visualizavam a identidade nacional em busca de uma proposição que pudesse mobilizar e direcionar a sociedade em um novo paradigma. Foi durante esse período que os eixos tradicionais da política argentina perderam o protagonismo em favor de novas formas de pensamento e ação e em que a sociedade e suas instâncias simbólicas tiveram de lidar com a intensa necessidade de refletir sobre a forma em que a comunidade nacional deveria se inserir no mundo e nos novos sistemas e relações que surgiam a partir da guerra.

A neutralidade assumida pela Argentina durante o conflito se constituiu em uma manifestação prática de diversas políticas dispostas a conciliar a esfera interna e a esfera externa das relações do país de forma a conquistar os interesses dos grupos detentores do poder institucional em cada momento do conflito. Longe de uma única ação monolítica e baseada nas mesmas ideias, discursos e setores sociais e de pressão política, a neutralidade se transformou em elemento contextual fundamental para a forma em que os governos conduziram a nação e suas relações exteriores e internas durante esse período. O efeito prático, ou seja, a neutralidade durante o conflito, se confunde com uma ampla rede de concepções e relações dentro do poder que se manifestam em pelo menos 2 momentos, ou 2 neutralidades, bastante distintas entre si em sua formulação dentro da lógica nacional do poder. A neutralidade civil de corte econômico e de apaziguamento da sociedade sem uma forte retórica ideológica e a

neutralidade militar baseada no estabelecimento de uma base de trabalho comum para grupos ideológicos diferentes e na construção de um novo paradigma de identidade nacional e inserção argentina no mundo compartilhavam de uma mesma manifestação material, mas sentidos simbólicos e culturais bastante diferentes.

Ao tratar das dimensões culturais nas quais a neutralidade se inseriu em suas várias formas, percebemos as mudanças e impactos que essas políticas tiveram nas relações e formas de pensamento dos grupos políticos argentinos. Inicialmente uma bandeira dos grupos conservadores de sustentação do regime de 1930 a neutralidade vai se transformando em elemento mobilizador dos nacionalismos e do sentimento anti-imperialista dentro do país, atingindo seu ápice quando o GOU assumiu o poder carregando o neutralismo enquanto uma de suas bandeiras fundamentais. Dentro do GOU a neutralidade se transformou em entidade retórica unificadora dos grupos ideológicos dentro do projeto revolucionário de poder do grupo e, com a consolidação de seu poder, em elemento fundamental das jogadas políticas na disputa de narrativas que eventualmente alterou permanentemente a dinâmica do poder no pós-1943 e levaria o próprio GOU ao fim em favor de uma nova concepção popular do poder e do projeto nacional posto em movimento a partir de 1945.

A relação da Segunda Guerra com a Argentina proporcionou a oportunidade para o crescimento político de Juan Perón e deu-lhe as condições para consolidar seu pensamento político e se colocar em uma posição onde pudesse agir sob a sociedade para divulgar suas ideias e construir um movimento ideológico renovado que ainda exerce profunda influência na sociedade argentina. O fato dos presidentes eleitos pelo país que não reivindicaram para si o peronismo até agora são uma considerável minoria e que essa categoria ideológica segue sendo parte viva da cultura política e dos debates em relação à identidade nacional na Argentina nos mostra a enorme importância do processo histórico e da relação do país com o conflito nas décadas de 30 e 40. A terceira via, que se tornaria tão característica do pensamento político peronista é diretamente ligada a neutralidade e ao seu papel enquanto mito mobilizador em um contexto onde a agitação das massas populares foi decisiva para o desenvolvimento político argentino e a criação de uma nova dinâmica social frente a reconfiguração global pós 1945.

Com o isolamento internacional que perdurou ainda na Argentina por anos, como relatado por Escudé (1996), se torna difícil falar de resultados materiais e práticos positivos imediatos da Segunda Guerra Mundial para a Argentina. Mas a carga simbólica carregada pela relação da nação com o conflito e as transformações, processos e ramificações em que essa carga teve peso durante e após o período tem uma importância inegável para as análises sobre o poder, a política externa, as concepções de cultura política e a própria relação entre a guerra e a América Latina.

Pensar todos esses processos políticos de construção da posição da Argentina frente à Segunda Guerra Mundial assim como as suas dimensões culturais na construção ideológica dos grupos políticos e da sociedade em si, permite perceber a grandeza de possibilidades que existem em buscar analisar acontecimentos como a guerra nas margens da narrativa hegemônica. Ao considerar os aspectos contextuais, ideológicos e subjetivos das relações entre poder e sociedade, política interna e política externa e entre os tempos de crise e os movimentos políticos de superação dessas situações abre-se uma nova gama de possibilidades para a construção de análises historiográficas que consigam entender como contextos específicos se relacionaram com os grandes acontecimentos e como essas relações foram e são interpretadas na forma de discursos, narrativas e ideias pelos agentes históricos que se inseriram nos processos e nos que hoje se inserem nos seus resultados ao longo da progressão do tempo.

Bibliografia

BATISTA, Leonardo. **O Conceito De Cultura Política: Das Origens Na Ciência Política Norte-americana À Historiografia Contemporânea**. Vitória: Anais do V Encontro Internacional UFES/ Paris-Est , 2016.

BOSOER, Fabián. **Generales y embajadores: una historia de las diplomacias paralelas en la Argentina**. Buenos Aires: Vergara/Grupo Zeta, 2005.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora UNESP. 2008

CORIGLIANO, Francisco. La Argentina Frente a La Segunda Guerra Mundial. **Revista Todo es Historia**, n. 506. Buenos Aires. 2009

DICK, Enrique. **In the Wake of the Graf Spee**. WIT Press, 2014

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio M. **Rumo ao conflito? Brasil e Argentina no contexto da II Guerra Mundial**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais-USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100025&lng=en&nrm=abn . Acessado em: 03 Apr. 2021.

ESCUDE, Carlos. **La traición a los derechos humanos**. In. La política exterior argentina y sus protagonistas: 1880-1995. Org. JALABE, Silvia Ruth. Buenos aires: Nuevo Hacer (Grupo Editorial Latinoamericano), 1996

FERREIRA, Jorge. **A Cultura Política Dos Trabalhadores No Primeiro Governo Vargas**. Estudos Históricos vol. 3. Rio de Janeiro:FGV. 1990

GARCIA, Gonzalo Rubio. La trinchera del diario Reconquista: revisionismo histórico, antiimperialismo y neutralismo en Argentina ante la Segunda Guerra Mundial. **Revista Cuadernos de Marte**, año 10, n. 16. Buenos Aires: UBA. 2019

GOMES, Ângela de Castro. **Política: história, ciência, cultura etc**. Estudos Históricos - Historiografia, Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996.

GUEVARA, Martina. Una reconsideración sobre los debates historiográficos de la identidad nacional en Argentina (1930-1943). **Revista Da Rede Intercâtedras De História Contemporânea Da América Latina**, n. 9, pg. 1–22. Córdoba: UNC. 2018
Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RIHALC/article/view/22119>

HALPERÍN DONGHI, Tulio. **El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005

LOSADA, Leandro. **Política y vida Pública. argentina (1930–1943)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. Belo Horizonte: **Temporalidades**, 2017 - disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/9271> (acesso em 21 de julho de 2018)

MILZA, Pierre. **Política interna e política externa**. In: REMOND, René. Por uma história política. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 365-400. ISBN 85-225-0445-8.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: _____(org.). Culturas políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 13-39

MUÑOZ, José R. Sanchís. **La Argentina y la Segunda Guerra Mundial**. Grupo Editor Latinoamericano, 1992

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2013.

POTASH, Robert A. **Perón y el G.O.U: Documentos de una logia secreta**. Editorial Sudamericana, 1984

RAPOPORT, Mario. **Imágenes de la política exterior argentina: tres enfoques tradicionales: 1930-1945**. In. La política exterior argentina y sus protagonistas: 1880- 1995. Org. JALABE, Silvia Ruth. Nuevo Hacer (Grupo Editorial Latinoamericano), 1996

RAPOPORT, Mario. Argentina y la Segunda Guerra Mundial mitos y realidades. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 6, n. 1, 1 jan. 1995.

Rapoport, Mario. **Historia Oral de la Política Exterior Argentina: (1930-1966)**. Buenos Aires, Editorial Octubre, 2015.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica. 2016

ROMERO, Juan Manuel. FORJA y el antiimperialismo en la Argentina de los treinta. **Programa Interuniversitario de Historia Política: Foros de Historia Política**, n. 6, pg. 1-18. Buenos Aires: Universidad Nacional de Mar del Plata. 2017

RÉMOND, RENÉ **Uma história presente**. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

RÉMOND, René. **Do político**. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-454.

SEBRELI, Juan José. **Crítica de las ideas políticas argentinas**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

TATO, Maria Ines; ROMERO Luis Alberto. El ejemplo alemán. La prensa nacionalista y el Tercer Reich. **Revista Escuela de Historia**, nº 6. Salta: UNSA. 2007

TERÁN, Oscar. **Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2008

TULCHIN, Joseph S. **La Argentina y los Estados Unidos: historia de una desconfianza**. Buenos Aires: Planeta, 1990

STORANI, Federico. **La Neutralidad Activa: 1916-1930**. In. La política exterior argentina y sus protagonistas: 1880-1995. Org. JALABE, Silvia Ruth. Nuevo Hacer (Grupo Editorial Latinoamericano), 1996

WINOCK, Michael. **As ideias políticas**. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 271-294. ISBN 85-225-0445-8.

Fontes Primárias

POTASH, Robert A. **Perón y el G.O.U: Documentos de una logia secreta.** Editorial Sudamericana, 1984

Periódicos

- El Orden

- Editorial. **Sobre política internacional, dió, un comunicado, ayer, el Presidente.** El Orden, [s. l.], 19 de Maio. 1940. Disponível em: <http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/4062/?page=1>
- Editorial. **La represion de las actividades contra la neutralidad del país.** El Orden, [s. l.], 6 de Jun. 1940. Disponível em: <http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/4079/?page=1>

- El litoral

- Editorial. **De un momento a otro el presidente Dr. R Ortiz decretara la neutralidad argentina.** El litoral, [s. l.], 4 ago. 1939. Disponível em: <http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/18608/?page=1>

- Cadernos do FORJA

- DELLEPIANE, Luis. **Conducta ante la crisis de Europa.** Cuadernos de F.O.R.J.A, Buenos Aires, ed. 9, out. 1939. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/cuadernos-de-forja-no-9/>

Arquivo Central Itamaraty

- Maço número 43.387 do arquivo de antecedentes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
- Maço número 634.0 (41) (00) -37 a 57 do arquivo de confidenciais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Biblioteca Digital de Tratados da Chancelaria Argentina

- MREC, **Acta Final De La Segunda Reunión De Consultas Entre Ministros De Relaciones Exteriores De Las Repúblicas Americanas**, 1940. Disponível em: https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_multi_ficha.php?id=k6CrnQ==

- MREC, **Declaración de los delegados de la Argentina y Brasil - 2º Reunión de Consulta de los Ministros de Relaciones Exteriores**, 1940. Disponible en: https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=152i
- MREC, **Carta de las Naciones Unidas y Estatuto de la Corte Internacional de Justicia**, 1945. Disponible en: https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_multi_ficha.php?id=kp2rmA==

Declaração de autenticidade

Eu, João Marcos Pereira Grams, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “A neutralidade argentina na Segunda Guerra e suas dimensões ideológicas” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.
